



CÓD: OP-054FV-22  
7908403518951

# **RECEITA FEDERAL**

**RECEITA FEDERAL DO BRASIL**

**500 Questões Gabaritadas**

## LÍNGUA PORTUGUESA

**1. ESAF - Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil/Auditoria/2003 (e mais 2 concursos)**

Indique o item em que todas as palavras estão corretamente empregadas e grafadas.

- (A) A pirâmide carcerária assegura um contexto em que o poder de infringir punições legais a cidadãos aparece livre de qualquer excesso e violência.
- (B) Nos presídios, os chefes e subchefes não devem ser exatamente nem juízes, nem professores, nem contramestres, nem suboficiais, nem “pais”, porém avocam a si um pouco de tudo isso, num modo de intervenção específico.
- (C) O carcerário, ao homogeneizar o poder legal de punir e o poder técnico de disciplinar, ilide o que possa haver de violento em um e de arbitrário no outro, atenuando os efeitos de revolta que ambos possam suscitar.
- (D) No singular poder de punir, nada mais lembra o antigo poder do soberano iminente que vingava sua autoridade sobre o corpo dos supliciados.
- (E) A existência de uma proibição legal cria em torno dela um campo de práticas ilegais, sob o qual se chega a exercer controle e aferir lucro ilícito, mas que se torna manejável por sua organização em delinquência.

**2. ESAF - Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil/»Sem Área»/2014**

A prefeitura municipal, através da Secretaria de Assistência Social, promove a Campanha Imposto de Renda Solidário, projeto cujo objetivo é, através de doação do imposto de renda devido, ajudar a financiar<sup>(a)</sup> projetos de defesa e promoção dos direitos de crianças e adolescentes de Chapadão do Sul.

A ideia é que todos que queiram participar<sup>(b)</sup> direcionem parte do valor devido ao Fundo Municipal dos Direitos da Infância e Adolescência (FMDCA) e assim participem da Campanha. A doação, estabelecida pela Lei n. 8.069/90, é simples, não traz ônus a quem colabora e os valores doados são abatidos<sup>(c)</sup> do imposto de renda devido.

O valor destinado ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, respeitados os limites legais, é integralmente deduzido do IR devido na declaração anual ou acrescido ao IR a restituir. Quem quiser contribuir deve procurar<sup>(d)</sup> um escritório de contabilidade e solicitar que seu imposto de renda seja destinado ao FMDCA de Chapadão do Sul.

A doação pode ser dirigida a um projeto de escolha do doador, desde que esteja inscrito no CMDCA- Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, que analisará e aprovará<sup>(e)</sup> o repasse do recurso e posteriormente fiscalizará sua execução.

(Adaptado de: <<http://www.ocorreionews.com.br>>. Acesso em: 19 mar. 2014.)

No desenvolvimento da argumentação do texto, o modo e tempo verbais são usados para indicar uma possibilidade, uma hipótese em

- (A) “ajudar a financiar”.
- (B) “queiram participar”.
- (C) “são abatidos”.
- (D) “deve procurar”.
- (E) “analisará e aprovará”.

**3. ESAF - Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil/Auditoria/2003 (e mais 2 concursos)**

Julgue se as substituições sugeridas para elementos do texto provocam erro gramatical.

A partir do próximo ano, a Receita Federal exigirá dos contribuintes mais informações sobre compra e venda de bens. Esses dados serão cruzados com o cadastro do fisco para flagrar quem tenta sonegar tributos. Técnicos da Receita Federal devem acrescentar novas perguntas ao formulário da declaração do Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF) no ano que vem ou mudar o enfoque de algumas delas. O objetivo é coletar informações mais precisas para serem cruzadas com outros bancos de dados em poder da Receita, como os cadastros enviados por cartórios de imóveis, incorporadoras, imobiliárias, bancos e administradoras de cartão de crédito, além dos números contidos nas declarações de renda de terceiros. Quem omitir informações ou fornecer dados errados, movido por boa ou má-fé, poderá ter dois problemas: ficar no final da fila de restituição do imposto ou ser convocado a dar explicações pessoalmente. Das entregues em 2002, cerca de 597 mil declarações ficaram retidas na malha fina. A finalidade das mudanças é aperfeiçoar ainda mais os cruzamentos com os dados fornecidos por terceiros. Em 2003, a Receita passou a cruzar dados dos contribuintes com informações prestadas por imobiliárias, incorporadoras e administradoras de cartão de crédito. A cada ano, fica mais difícil enganar o fisco.

(Adaptado de Lauro Rutkowski, *Correio Braziliense*, 09/09/2003)

- I. tenta sonegar ⇒ buscando sonegar
- II. devem acrescentar ⇒ deverão acrescentar
- III. serem cruzadas ⇒ que sejam cruzadas
- IV. poderá ter ⇒ poderia ter
- V. ficaram retidas ⇒ estão retidas
- VI. passou a cruzar ⇒ já cruza

Estão gramaticalmente corretas as substituições sugeridas em

- (A) I, II e III
- (B) I, III e IV
- (C) II, III e IV
- (D) II, III, V e VI
- (E) III, IV, V e VI

#### 4. ESAF - Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil/»Sem Área»/2014

Assinale a opção que preenche a lacuna do texto de forma a torná-lo gramaticalmente correto, coeso e coerente.

Normalmente o Estado de Direito é confundido com o Estado Constitucional (Estado Democrático de Direito), entretanto, isto é um equívoco.

---



---



---



---



---



---

Com efeito, se é a legislação que serve de parâmetro para atuação estatal, então, esta mesma legislação, por conseguinte, é livre. Em tais Estados (Estado de Direito), o absolutismo do rei é substituído pelo absolutismo do parlamento (supremacia do parlamento e não da constituição).

*(Disponível em: <[http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=8873](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8873)>. Acesso em: 17 mar. 2014.)*

(A) Conquanto, no Estado Constitucional, a constituição funciona como fundamento de validade de toda ordem jurídica, disciplinando não só a atuação do Executivo e Judiciário, como também do legislativo, vigendo, aí sim, a supremacia da constituição.

(B) Embora, no Estado Constitucional, o legislador encontra limites jurídicos nas normas constitucionais, as quais traçam o perfil de cada exação, de forma que a competência tributária é delimitada através da conjugação das normas que tratam especificamente de cada tributo com os princípios constitucionais.

(C) Daí podermos concluir que, no Brasil, por força de uma séria de disposições constitucionais, não há falar em poder tributário (incontrastável, absoluto), mas, tão somente, em competência tributária (regrada, disciplinada pelo Direito).

(D) Isso porque no Estado de Direito os atos do Executivo e do Judiciário estão submetidos ao princípio da legalidade; contudo, o Legislativo é livre para atuar, já que esse princípio não pode ser aplicado, por imposição lógica, à legislação.

(E) Portanto, poder tributário tinha a Assembléia Constituinte, que era soberana. Ela realmente tinha um poder ilimitado, inclusive em matéria tributária. Contudo, a partir do momento em que foi promulgada a Constituição, o Poder Tributário retornou ao povo, restando aos poderes constituídos as competências tributárias.

#### 5. ESAF - Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil/ Auditoria/2003 (e mais 2 concursos)

Assinale a opção incorreta para constituir continuação coesa e coerente do texto a seguir.

O caráter ético das relações sociais, hoje em dia, é proporcionado sobretudo pelo respeito aos direitos humanos. Isso significa, de imediato, afirmar enfaticamente que aqueles que se opõem a esses direitos - por exemplo, defendendo a tortura - negam que as relações entre os seres humanos possam ter sentido ético. É claro que não dizem isso com todas as letras,

(A) mas acusam, sempre, os defensores dos direitos humanos de somente se ocuparem dos direitos de bandidos, deixando desprotegidas as pessoas de bem.

(B) já que nunca têm resposta para uma pergunta elementar, que é: quem e como se decide quem é criminoso e quem é inocente?

(C) porém supõem que o recorte entre bons e maus possa ser praticado de maneira expedita, por exemplo, por um policial dentro de um carro na noite escura, que ao ver uma pessoa que considere suspeita, já atire e execute uma sentença de morte sem tribunal, sem contraditório e sem apelação possível.

(D) já que na sociedade civilizada é hegemônico o pensamento de que toda pessoa, qualquer que seja o crime de que esteja sendo acusada, precisa ter os meios de se defender da acusação, até porque esta pode ser infundada.

(E) contudo sempre lutam contra essa apologia da barbárie, pois é bom lembrar que os direitos humanos são de todos; que os militantes deles também se ocupam das vítimas dos criminosos.

#### 6. ESAF - Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil/ Auditoria/2000 (e mais 3 concursos)

Em dezembro do ano passado, milhares de pessoas tomaram as ruas de Seattle nos Estados Unidos, para protestar contra uma reunião da Organização Mundial de Comércio, que tentava aprovar mais uma rodada de liberalização comercial (a chamada Rodada do Milênio). Conseguiram barrar a negociação, que ficou para um futuro para lá de incerto, e, de quebra, ridicularizaram ninguém menos que o presidente americano Bill Clinton, o anfitrião do encontro. Há poucas semanas, o novo alvo da fúria antiglobalizante foi o Fundo Monetário Internacional, que realizava sua reunião anual em Praga, a bela capital da República Tcheca. Mais uma vez, milhares de pessoas ganharam as ruas e forçaram os organizadores do encontro a antecipar o fim da reunião. A voz rouca das ruas parece gritar em uníssono um sonoro não à globalização e ao liberalismo.

*(Adaptado de Exame, 1/11/2000, p.136)*

Em relação às palavras do texto, assinale a opção em que o significado está incorreto.

ESPANHOL

**1. ESAF - Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil/»Sem Área»/2012**

Hay que firmar un acuerdo con la UE, pero acorde con el Modelo de Desarrollo Ecuatoriano

Analizar la firma de un acuerdo con la Unión Europea (UE), requiere de una revisión de las estadísticas de esta relación comercial y, por ende, de la posición del Gobierno ecuatoriano. Las cifras revelan que el crecimiento de las exportaciones de nuestro país a la UE, en los últimos 7 años, ha sido importante; escenario pese al cual el Ejecutivo ha expresado su negativa de firmar un acuerdo bajo las mismas condiciones de Perú y Colombia, y más bien ha planteado un Acuerdo Comercial de Desarrollo (ACD). El Coordinador de Investigaciones Socioeconómicas de la Escuela Superior Politécnica del Litoral (ESPOL), Fabricio Zanzzi, coincide en que firmar un acuerdo así no está acorde con el Modelo de Desarrollo Ecuatoriano; de ahí, que sugiera estudiar a fondo el caso y luego firmar.

Mientras el aumento de las ventas ecuatorianas a la UE es de aproximadamente un 19% anual; actualmente, nuestro país exporta alrededor de US\$2,630 millones a este mercado, es decir, más de 2.4 veces de lo que le vendía en el 2003; realidad que lo convierte en el tercer destino de nuestros productos, después de Estados Unidos y la Comunidad Andina (CAN). El 93% de estas exportaciones son denominadas no petroleras, siendo los productos primarios los de mayor importancia. El Banano es el principal de ellos, de acuerdo a las cifras de Eurostat, el mayor proveedor es Colombia con el 26%, seguido de Ecuador con el 24% del mercado, lo que representó aproximadamente US\$864 millones, en el 2010.

*Ambito.com, 19.07.12 <http://www.ambito.com/noticia.asp?id=646118>*

En el contexto del texto, “por ende” conserva su sentido al sustituirse por:

- (A) es decir.
- (B) por supuesto.
- (C) en tanto.
- (D) por tanto.
- (E) en cambio.

**2. ESAF - Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil/»Sem Área»/2009**

Periodo recesivo hasta 2010: UNAM

José Luis Calva Téllez, académico del Instituto de Investigaciones Económicas de la Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM), dijo que de aprobarse el paquete económico del presidente Felipe Calderón, habría una pérdida en 2010 de 200 mil empleos y una contracción del Producto Interno Bruto (PIB) de 1.8 por ciento. Para

ese especialista, la inflación alcanzaría 6.1 por ciento anual a causa de las alzas de impuestos; y el déficit de la cuenta corriente se situaría en 12 mil millones de dólares.

Destacó que esos resultados negativos estarán influenciados aún por la recesión económica del país, por la carga fiscal que se enfrentaría con la aprobación del presupuesto económico como lo presentó el Ejecutivo federal ante el Congreso; y por la baja inversión que habrá por parte del sector privado. “La Secretaría de Hacienda y Crédito Público está esperando que la economía de

Estados Unidos levante a México, pero en aquel país la recuperación se está enfocando a amortizar deudas y por consecuencia el consumo seguirá deprimido”, indicó.

*(Excélsior, 22/09/09)*

En el texto, la locución “de aprobarse” tiene valor:

- (A) condicional.
- (B) concesivo.
- (C) temporal.
- (D) causal.
- (E) imperativo.

**3. ESAF - Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil/ Tributária e Aduaneira/2005 (e mais 1 concurso)**

**Economistas ven probable mantenimiento del tipo de cambio oficial**

El ministro de Finanzas, Nelson Merentes, presentó ante el Parlamento el presupuesto de la nación para el año 2006, que asciende a los 87 billones de bolívares, lo que representa un incremento de 27%, respecto a 2005.

Durante su exposición, arrancó los aplausos de los diputados cuando anunció que el plan no contempla una devaluación de la moneda. “No habrá ningún cambio en la paridad dólar-bolívar (...) El tipo de cambio que se establece es de 2.150 bolívares por cada dólar, lo cual garantiza estabilidad en el sistema monetario nacional”, manifestó.

El presupuesto se elaboró con base en un precio del barril de petróleo de 26 dólares y una producción de 3,4 millones de barriles por día. Merentes precisó que si los ingresos superan las cantidades estimadas “se administrará buscando el ahorro”. Calcula que el próximo año la inflación estará en 10% y que, para 2007, el valor será de un dígito. También informó que se mantendrá el Impuesto al Débito Bancario y pronosticó un crecimiento de la economía cercano a 5%.

*(Venezuela, El Nacional, 22.10.05)*

En el texto se dice que de haber ingresos superiores a los estimados, su destino será:

- (A) el ahorro.
- (B) la economía.

- (C) la inversión.
- (D) el despilfarro.
- (E) el derroche.

**4. ESAF - Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil/ Auditoria/2003 (e mais 2 concursos)**

Lee el texto para responder a la pregunta

**EEUU y la Unión Europea**

El secretario del Tesoro norteamericano, John Snow, dijo ayer en Dubai que los países europeos deben dirigir sus políticas presupuestarias y monetarias con más flexibilidad. Sus palabras fueron interpretadas como una insinuación de que el Banco Central Europeo (BCE) debería bajar los tipos --Europa mantiene desde mayo pasado su tasa en el 2%, frente al 1% de Estados Unidos-- y de que la Unión Europea no debería obsesionarse con los déficits públicos. La débil actividad económica de Alemania y Francia provoca que ambos países no hayan podido cumplir los objetivos de control de su gasto presupuestario. El ministro canadiense de Finanzas, John Manley, señaló que cualquier medida monetaria debe ser tenida en cuenta en aras del crecimiento económico. El director general del Fondo Monetario Internacional (FMI), Horst Köhler, también defendió la semana pasada la conveniencia de que Bruselas sea más flexible ante los problemas de Alemania y Francia para contener sus déficits, aun reconociendo que ambos países no hicieron los deberes en su momento.

*(El periódico, 22.09.03)*

En el texto, la palabra "tipo" se refiere a:

- (A) intereses bancarios.
- (B) cargas tributarias.
- (C) tasas de cambio.
- (D) clases de aplicaciones.
- (E) multas por mora.

**5. ESAF - Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil/ Auditoria/2003 (e mais 2 concursos)**

Lee el texto para responder a la pregunta

**Presupuesto argentino**

El gobierno argentino presentó el miércoles al Congreso el proyecto de presupuesto para el 2004, que prevé un crecimiento económico del 4,0% y un aumento de la inversión superior al 10,0%, del consumo en el 4,5% y de los recursos destinados a planes sociales y obras públicas. También prevé un superávit fiscal primario - renglón que excluye pagos de deuda- de 3,0% del Producto Interno Bruto (PIB),

El ministro de Economía, Roberto Lavagna, anunció que se cancelarán intereses de deuda en 2004 por 6.660 millones de pesos (US\$2.280 millones), una caída de 750 millones respecto de los pagos previstos en 2003. Sostuvo que "la deuda que tenemos es monumental" y agregó que "más de la mitad de las obligaciones que están pendientes, de unos US\$160.000 millones, fueron generadas durante la década del 90.

Argentina está en cesación de pagos con sus acreedores privados, la mayoría de los cuales son argentinos seguidos por norteamericanos e italianos y firmó un acuerdo con el FMI que posterga pagos de capital de deuda a organismos multilaterales de crédito por US\$21.600 millones que vencían en los próximos tres años. La propuesta para reestructurar la deuda pública en manos de tenedores privados y que a finales de este año ascenderá a US\$102.000 millones, tendrá lugar en el marco de la Asamblea Anual del Fondo Monetario Internacional (FMI) y el Banco Mundial.

*(El Mercurio, 17.09.03)*

En el texto la expresión "se cancelarán" significa que se:

- (A) anularán.
- (B) rescindirán.
- (C) aplazarán.
- (D) saldarán.
- (E) remitirán.

**6. ESAF - Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil/ Aduana/2002/1 (e mais 3 concursos) Industriales presentarán medidas compensatorias.**

La directiva de la Confederación Venezolana de Industriales (Conindustria) presentará la próxima semana un paquete de medidas económicas, que servirán para compensar los desbalances y los efectos negativos del comportamiento del dólar y el alza de las tasas de interés sobre el aparato productivo.

El sector manufacturero insistirá en la necesidad de crear un plan de financiamiento especial que permita el acceso a crédito barato con tasas de interés preferenciales y con un programa de mediano y largo plazos.

Asimismo, reactivar el programa de compras de los entes públicos a las empresas nacionales. Se calcula que el sector oficial invierte 12 millardos de dólares en la adquisición de bienes e insumos en el exterior. Otra de las medidas se centra en acelerar la modernización de las aduanas y combatir el contrabando. También apoyan el ajuste de los aranceles para la importación de productos

**1. ESAF - Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil/»Sem Área»/2014**

Question refer to the following text.

The IRS Chief Counsel is appointed by the President of the United States, with the advice and consent of the U.S. Senate, and serves as the chief legal advisor to the IRS Commissioner on all matters pertaining to the interpretation, administration, and enforcement of the Internal Revenue Code, as well as all other legal matters. Under the IRS Restructuring and Reform Act of 1998, the Chief Counsel reports to both the IRS Commissioner and the Treasury General Counsel.

Attorneys in the Chief Counsel’s Office serve as lawyers for the IRS. They provide the IRS and taxpayers with guidance on interpreting Federal tax laws correctly, represent the IRS in litigation, and provide all other legal support required to carry out the IRS mission.

Chief Counsel received 95,929 cases and closed 94,323 cases during fiscal year 2012. Of the new cases received, and cases closed, the majority related to tax law enforcement and litigation, including Tax Court litigation; collection, bankruptcy, and summons advice and litigation; Appellate Court litigation; criminal tax; and enforcement advice and assistance.

In Fiscal Year 2012, Chief Counsel received 31,295 Tax Court cases involving taxpayers contesting an IRS determination that they owed additional tax. The total amount of tax and penalty in dispute at the end of the fiscal year was almost \$6.6 billion.

*(Source: Internal Revenue Service Data Book, 2012.)*

According to the passage, the IRS’s chief legal advisor is

- (A) nominated by the IRS Commissioner.
- (B) subordinated to the Treasury General Counsel.
- (C) elected by a collegiate.
- (D) responsible for drafting the Internal Revenue Code.
- (E) in charge of IRS reform.

**2. ESAF - Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil/»Sem Área»/2014**

Question refer to the following text.

The IRS Chief Counsel is appointed by the President of the United States, with the advice and consent of the U.S. Senate, and serves as the chief legal advisor to the IRS Commissioner on all matters pertaining to the

interpretation, administration, and enforcement of the Internal Revenue Code, as well as all other legal matters. Under the IRS Restructuring and Reform Act of 1998, the Chief Counsel reports to both the IRS Commissioner and the Treasury General Counsel.

Attorneys in the Chief Counsel’s Office serve as lawyers for the IRS. They provide the IRS and taxpayers with guidance on interpreting Federal tax laws correctly, represent the IRS in litigation, and provide all other legal support required to carry out the IRS mission.

Chief Counsel received 95,929 cases and closed 94,323 cases during fiscal year 2012. Of the new cases received, and cases closed, the majority related to tax law enforcement and litigation, including Tax Court litigation; collection, bankruptcy, and summons advice and litigation; Appellate Court litigation; criminal tax; and enforcement advice and assistance.

In Fiscal Year 2012, Chief Counsel received 31,295 Tax Court cases involving taxpayers contesting an IRS determination that they owed additional tax. The total amount of tax and penalty in dispute at the end of the fiscal year was almost \$6.6 billion.

*(Source: Internal Revenue Service Data Book, 2012.)*

As described in the text, the mission of attorneys working in the Chief Counsel’s Office includes:

- (A) advising ordinary citizens on their fiscal responsibilities.
- (B) litigating for taxpayers in the Tax Court.
- (C) contesting IRS determinations.
- (D) reporting directly to the IRS Commissioner.
- (E) tracking down tax evaders.

**3. ESAF - Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil/»Sem Área»/2014**

Question refer to the following text.

The IRS Chief Counsel is appointed by the President of the United States, with the advice and consent of the U.S. Senate, and serves as the chief legal advisor to the IRS Commissioner on all matters pertaining to the interpretation, administration, and enforcement of the Internal Revenue Code, as well as all other legal matters. Under the IRS Restructuring and Reform Act of 1998, the Chief Counsel reports to both the IRS Commissioner and the Treasury General Counsel.

Attorneys in the Chief Counsel’s Office serve as lawyers for the IRS. They provide the IRS and taxpayers with guidance on interpreting Federal tax laws correctly, represent the IRS in litigation, and provide all other legal support required to carry out the IRS mission.

Chief Counsel received 95,929 cases and closed 94,323 cases during fiscal year 2012. Of the new cases received, and cases closed, the majority related to tax law enforcement and litigation, including Tax Court litigation; collection, bankruptcy, and summons advice and litigation; Appellate Court litigation; criminal tax; and enforcement advice and assistance.

In Fiscal Year 2012, Chief Counsel received 31,295 Tax Court cases involving taxpayers contesting an IRS determination that they owed additional tax. The total amount of tax and penalty in dispute at the end of the fiscal year was almost \$6.6 billion.

*(Source: Internal Revenue Service Data Book, 2012.)*

During fiscal year 2012, the Chief Counsel's office succeeded in

- (A) turning down over 30,000 appeals by taxpayers.
- (B) securing over \$6 billion for the State.
- (C) winning the majority of litigation cases.
- (D) processing most of the cases it received.
- (E) voiding 1,606 cases filed by taxpayers.

**4. ESAF - Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil/»Sem Área»/2014**

Question refer to the following text.

We've been keeping our veterinarian in business lately. First Sammy, our nine-year-old golden retriever, needed surgery. (She's fine now.) Then Inky, our curious cat, burned his paw. (He'll be fine, too.) At our last visit, as we were writing our fourth (or was it the fifth?) consecutive check to the veterinary hospital, there was much joking about how vet bills should be tax-deductible. After all, pets are dependents, too, right? (Guffaws all around.)

Now, halfway through tax-filing season, comes news that pets are high on the list of unusual deductions taxpayers try to claim. From routine pet expenses to the costs of adopting a pet to, yes, pets as "dependents," tax accountants have heard it all this year, according to the Minnesota Society of Certified Public Accountants, which surveys its members annually about the most outlandish tax deductions proposed by clients. Most of these doggy deductions don't hunt, but, believe it or not, some do. Could there be a spot for Sammy and Inky on our 1040?

Scott Kadrlík, a certified public accountant in Eden Prairie, Minn., who moonlights as a stand-up comedian (really!), gave me a dog's-eye view of the tax code: "In most cases our family pets are just family pets," he says. They cannot be claimed as dependents, and you cannot deduct the cost of their food, medical care or other expenses. One exception is service dogs. If you require a Seeing Eye dog,

for example, your canine's costs are deductible as a medical expense. Occasionally, man's best friend also is man's best business deduction. The Doberman that guards the junk yard can be deductible as a business expense of the junkyard owner, says Mr. Kadrlík. Ditto the convenience-store cat that keeps the rats at bay.

For most of us, though, our pets are hobbies at most. Something's a hobby if, among other things, it hasn't turned a profit in at least three of the past five years (or two of the past seven years in the case of horse training, breeding or racing). In that case, you can't deduct losses—only expenses to the extent of income in the same year. So if your beloved Bichon earns \$100 for a modeling gig, you could deduct \$100 worth of vet bills (or dog food or doggy attire).

*(Source: Carolyn Geer, The Wall Street Journal, retrieved on 13 March 2014 - slightly adapted)*

The title that best conveys the main purpose of the article is:

- (A) Sammy and Inky Run Up a Hospital Bill.
- (B) Vet Bills Should Be Tax-Deductible.
- (C) Are Your Pets Tax Deductions?
- (D) The Case for Pets as Dependents.
- (E) How to Increase Your Tax Refund.

**5. ESAF - Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil/»Sem Área»/2014**

Question refer to the following text.

We've been keeping our veterinarian in business lately. First Sammy, our nine-year-old golden retriever, needed surgery. (She's fine now.) Then Inky, our curious cat, burned his paw. (He'll be fine, too.) At our last visit, as we were writing our fourth (or was it the fifth?) consecutive check to the veterinary hospital, there was much joking about how vet bills should be tax-deductible. After all, pets are dependents, too, right? (Guffaws all around.)

Now, halfway through tax-filing season, comes news that pets are high on the list of unusual deductions taxpayers try to claim. From routine pet expenses to the costs of adopting a pet to, yes, pets as "dependents," tax accountants have heard it all this year, according to the Minnesota Society of Certified Public Accountants, which surveys its members annually about the most outlandish tax deductions proposed by clients. Most of these doggy deductions don't hunt, but, believe it or not, some do. Could there be a spot for Sammy and Inky on our 1040?

Scott Kadrlík, a certified public accountant in Eden Prairie, Minn., who moonlights as a stand-up comedian (really!), gave me a dog's-eye view of the tax code: "In most

RACIOCÍNIO LÓGICO E MATEMÁTICA

**1. ESAF - Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil/»Sem Área»/2012**

Luca vai ao shopping com determinada quantia. Com essa quantia, ele pode comprar 40 lápis ou 30 canetas. Luca, que sempre é muito precavido, guarda 10% do dinheiro para voltar de ônibus. Sabendo que Luca comprou 24 lápis, então o número de canetas que Luca pode comprar, com o restante do dinheiro, é igual a

- (A) 9.
- (B) 12.
- (C) 6.
- (D) 18.
- (E) 15.

**2. ESAF - Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil/»Sem Área»/2012**

Na prateleira de uma estante, encontram-se 3 obras de 2 volumes e 2 obras de 2 volumes, dispondo-se, portanto, de um total de 10 volumes. Assim, o número de diferentes maneiras que os volumes podem ser organizados na prateleira, de modo que os volumes de uma mesma obra nunca fiquem separados, é igual a

- (A) 3.260.
- (B) 3.840.
- (C) 2.896.
- (D) 1.986.
- (E) 1.842.

**3. ESAF - Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil/»Sem Área»/2009**

Sabe-se que os pontos A,B,C, D, E, F e G são coplanares, ou seja, estão localizados no mesmo plano. Sabe-se, também, que destes sete pontos, quatro são colineares, ou seja, estão numa mesma reta. Assim, o número de retas que ficam determinadas por estes sete pontos é igual a:

- (A) 16
- (B) 28
- (C) 15
- (D) 24
- (E) 32

**4. ESAF - Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil/»Sem Área»/2009**

Em uma repartição, 3/5 do total dos funcionários são concursados, 1/3 do total dos funcionários são mulheres e as mulheres concursadas correspondem a 1/4 do total dos funcionários dessa repartição. Assim, qual entre as opções abaixo, é o valor mais próximo da porcentagem do total dos funcionários dessa repartição que são homens não concursados?

- (A) 21%
- (B) 19%

- (C) 42%
- (D) 56%
- (E) 32%

**5. ESAF - Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil/ Auditoria/2000 (e mais 3 concursos)**

Uma empresa produz e comercializa um determinado bem X. A empresa quer aumentar em 60% seu faturamento com X. Pretende atingir este objetivo aumentando o preço do produto e a quantidade produzida em 20%. Supondo que o mercado absorva o aumento de oferta e eventuais acréscimos de preço, qual seria o aumento de preço necessário para que a firma obtenha o aumento de faturamento desejado?

- (A) 25,3 %
- (B) 20,5 %
- (C) 33,3 %
- (D) 40,0 %
- (E) 35,6 %

**6. ESAF - Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil/»Sem Área»/2012**

A taxa cobrada por uma empresa de logística para entregar uma encomenda até determinado lugar é proporcional à raiz quadrada do peso da encomenda. Ana, que utiliza, em muito, os serviços dessa empresa, pagou para enviar uma encomenda de 25kg uma taxa de R\$ 54,00. Desse modo, se Ana enviar a mesma encomenda de 25kg dividida em dois pacotes de 16kg e 9kg, ela pagará o valor total de

- (A) 54,32.
- (B) 54,86.
- (C) 76,40.
- (D) 54.
- (E) 75,60.

**7. ESAF - Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil/»Sem Área»/2012**

Sabendo-se que o conjunto X é dado por

$$X = \{x \in \mathbb{R} \mid x^2 - 9 = 0 \text{ ou } 2x - 1 = 9\}$$

e o que o conjunto Y é dado por

$$Y = \{y \in \mathbb{R} \mid 2y + 1 = 0 \text{ e } 2y^2 - y - 1 = 0\},$$

onde  $\mathbb{R}$  é o conjunto dos números reais, então pode-se afirmar que:

- (A)  $X \cup Y = \{-3; -0,5; 1; 3; 5\}$ .
- (B)  $X - Y = \{-3; 3\}$ .
- (C)  $X \cup Y = \{-3; -0,5; 3; 5\}$ .
- (D)  $Y = \{-0,5; 1\}$ .
- (E)  $Y = \{-1\}$ .

**8. ESAF - Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil/»Sem Área»/2009**

Considere uma esfera, um cone, um cubo e uma pirâmide.

A esfera mais o cubo pesam o mesmo que o cone.

A esfera pesa o mesmo que o cubo mais a pirâmide.

Considerando ainda que dois cones pesariam o mesmo que três pirâmides, quantos cubos pesa a esfera?

- (A) 4
- (B) 5
- (C) 3
- (D) 2
- (E) 1

**9. ESAF - Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil/»Sem Área»/2012**

Uma sequência de números  $k_1, k_2, k_3, k_4, \dots, k_n$  é denominada Progressão Geométrica – PG – de  $n$  termos quando, a partir do segundo termo, cada termo dividido pelo imediatamente anterior for igual a uma constante  $r$  denominada razão. Sabe-se que, adicionando uma constante  $x$  a cada um dos termos da sequência  $(p - 2)$ ;  $p$ ; e  $(p + 3)$  ter-se-á uma PG. Desse modo, o valor de  $x$ , da razão e da soma dos termos da PG são, respectivamente, iguais a

- (A)  $(6 - p)$ ;  $2/3$ ; 21.
- (B)  $(p + 6)$ ;  $3/2$ ; 19.
- (C) 6;  $(6 - p)$ ; 21.
- (D)  $(6 - p)$ ;  $3/2$ ; 19.
- (E)  $(p - 6)$ ;  $p$ ; 20.

**10. ESAF - Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil/»Sem Área»/2009**

Um corredor está treinando diariamente para correr a maratona em uma competição, sendo que a cada domingo ele corre a distância da maratona em treinamento e assim observou que, a cada domingo, o seu tempo diminui exatamente 10% em relação ao tempo do domingo anterior. Dado que no primeiro domingo imediatamente antes do início do treinamento, ele fez o percurso em 4 horas e 30 minutos e, no último domingo de treinamento, ele correu a distância da maratona em 3 horas, 16 minutos e 49,8 segundos, por quantas semanas ele treinou?

- (A) 1
- (B) 5
- (C) 2
- (D) 4
- (E) 3

**11. ESAF - Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil/»Sem Área»/2012**

Considerando-se a expressão trigonométrica

$$x = 1 + \cos 30^\circ,$$

um dos possíveis produtos que a representam é igual a

- (A)  $2 \cos^2 15^\circ$ .
- (B)  $4 \cos^2 15^\circ$ .
- (C)  $2 \sin^2 30^\circ$ .
- (D)  $2 \cos^2 30^\circ$ .
- (E)  $4 \sin^2 15^\circ$ .

**12. ESAF - Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil/»Sem Área»/2009**

Um projétil é lançado com um ângulo de  $30^\circ$  em relação a um plano horizontal. Considerando que a sua trajetória inicial pode ser aproximada por uma linha reta e que sua velocidade média, nos cinco primeiros segundos, é de 900km/h, a que altura em relação ao ponto de lançamento este projétil estará exatamente cinco segundos após o lançamento?

- (A) 0,333 km
- (B) 0,625 km
- (C) 0,5 km
- (D) 1,3 km
- (E) 1 km

**13. ESAF - Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil/»Sem Área»/2014**

A matriz quadrada  $A$ , definida genericamente por  $A = a_{ij}$ , é dada por  $a_{11} = 0$ ;  $a_{12} = -4$ ;  $a_{13} = 2$ ;  $a_{21} = x$ ;  $a_{22} = 0$ ;  $a_{23} = (1 - z)$ ;  $a_{31} = y$ ;  $a_{32} = 2z$  e, por último,  $a_{33} = 0$ . Desse modo, para que a matriz  $A$  seja uma matriz antissimétrica, os valores de  $a_{21}$ ,  $a_{23}$ ,  $a_{31}$  e  $a_{32}$  deverão ser, respectivamente, iguais a:

- (A) 4; -2; -2; -2.
- (B) 4; -2; 2; -2.
- (C) 4; 2; -2; -2.
- (D) -4; -2; 2; -2.
- (E) -4; -2; -2; -2.

**14. ESAF - Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil/»Sem Área»/2012**

As matrizes,  $A$ ,  $B$ ,  $C$  e  $D$  são quadradas de quarta ordem. A matriz  $B$  é igual a  $1/2$  da matriz  $A$ , ou seja:  $B = 1/2 A$ .

A matriz  $C$  é igual a matriz transposta de  $B$ , ou seja:  $C = B^t$ . A matriz  $D$  é definida a partir da matriz  $C$ ; a única diferença entre essas duas matrizes é que a matriz  $D$  tem como primeira linha a primeira linha de  $C$  multiplicada por 2. Sabendo-se que o determinante da matriz  $A$  é igual a 32, então a soma dos determinantes das matrizes  $B$ ,  $C$  e  $D$  é igual a

- (A) 6.
- (B) 4.

## ADMINISTRAÇÃO GERAL E PÚBLICA

**1. ESAF - Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil/ Política e Administração Tributária/2000**

Segundo Druker, **eficácia** é «fazer as coisas certas» enquanto **eficiência** é «fazer certo as coisas». Da conjugação de determinados graus de eficácia e eficiência, qual é a denominação dada ao conceito que propicia a satisfação do cliente e, conseqüentemente, a garantia de permanência no mercado?

- (A) Efabulação
- (B) Efluxão
- (C) Efetuação
- (D) Efluência
- (E) Efetividade

**2. ESAF - Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil/ Política e Administração Tributária/2000**

“No presente momento, uma visão realista da reconstrução do aparelho de Estado em bases gerenciais deve levar em conta a necessidade de equacionar as assimetrias decorrentes da persistência de aspectos patrimonialistas na administração contemporânea, bem como dos excessos formais e anacronismo do modelo burocrático tradicional. Para isso, é fundamental ter clara a dinâmica da administração racional-legal ou burocrática. Não se trata simplesmente de descartá-la, mas sim de considerar os aspectos em que está superada e as características que ainda se mantêm válidas como formas de garantir efetividade à administração pública.

O modelo gerencial tornou-se realidade no mundo desenvolvido quando, através da definição clara de objetivos para cada unidade da administração, da descentralização, da mudança de estruturas organizacionais e da adoção de valores e comportamentos modernos no interior do Estado, se revelou mais capaz de promover o aumento da qualidade e da eficiência dos serviços sociais oferecidos pelo setor público. A reforma do Estado no Brasil significará, fundamentalmente, a introdução na administração pública da cultura e das técnicas gerenciais modernas.”

(Trecho extraído da publicação « **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**». Brasília. MARE, 1995) P. 24)

A Teoria da Burocracia surgiu na Teoria Geral da Administração ao redor da década de 40, quando a Teoria Clássica e a Teoria das Relações Humanas lutavam entre si pela conquista de espaço na teoria administrativa e já apresentavam sinais de obsolescência para a sua época. Indique, entre as opções abaixo, a principal ênfase da Teoria da Burocracia.

- (A) nas pessoas
- (B) no ambiente
- (C) nas tarefas
- (D) na estrutura organizacional
- (E) na tecnologia

**3. ESAF - Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil/»Sem Área»/2012**

Analise as afirmativas que se seguem e assinale a opção que melhor representa o conjunto considerando **C** para afirmativa correta e **E** para afirmativa errada.

**I.** Uma mudança planejada é orientada para aprimorar a capacidade de adaptar-se ao novo ambiente e mudar o comportamento dos empregados.

**II.** Um executivo sênior, agente de mudança, deve se concentrar em quatro aspectos: estrutura, tecnologia, arranjo físico e pessoas.

**III.** A resistência à mudança é sempre individual e surge em decorrência de ameaças à relação de poder.

- (A) C - C - E
- (B) C - E - C
- (C) E - C - C
- (D) E - E - C
- (E) E - C - E

**4. ESAF - Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil/ Política e Administração Tributária/2000**

“Muitos autores consideram a Teoria de Sistemas demasiada abstrata e conceitual e, portanto, de difícil aplicação a situações gerenciais práticas. Muito embora venha predominando fortemente na teoria administrativa, e tendo “uma aplicabilidade geral ao comportamento de diferentes tipos e indivíduos em diferentes meios culturais”, a abordagem sistêmica é basicamente uma teoria geral compreensiva, cobrindo amplamente todos os fenômenos organizacionais. Ela é uma teoria geral das organizações e da administração, uma síntese integrativa dos conceitos clássicos, neoclássicos, estruturalistas, neoestruturalistas e behavioristas.”

(Trecho extraído do livro “**Teoria geral da administração: abordagens descritivas e explicativas**” de Idalberto Chiavenato (3 ed. Vol. 2. São Paulo. Mc-Graw-Hill, 1987). Pg. 379)

Na Teoria de Sistemas as organizações são abordadas como:

- (A) sistemas abertos, pois o seu comportamento é probabilístico
- (B) sistemas fechados, pois o seu comportamento é não-determinístico
- (C) sistemas abertos, pois o seu comportamento é determinístico
- (D) sistemas fechados, pois o seu comportamento é probabilístico
- (E) sistemas abertos, pois o seu comportamento é não-probabilístico

**5. ESAF - Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil/»Sem Área»/2014**

Conforme o Instrumento “Para Avaliação da Gestão Pública” (Brasil, 2010), diversas características inerentes à natureza pública diferenciam as organizações da administração pública das organizações da iniciativa privada. É incorreto apresentar como característica:

(A) o controle social é requisito essencial para a administração pública contemporânea em regimes democráticos, o que resulta em garantia de transparência de suas ações e atos e na institucionalização de canais de participação social, enquanto as organizações privadas estão fortemente orientadas para a preservação e proteção dos interesses corporativos (dirigentes e acionistas).

(B) a administração pública e as organizações privadas não podem fazer acepção de pessoas, devem tratar a todos igualmente e com qualidade. O tratamento diferenciado não é permitido por lei.

(C) a administração pública só pode fazer o que a lei permite, enquanto a iniciativa privada pode fazer tudo que não estiver proibido por lei. A legalidade fixa os parâmetros de controle da administração e do administrador, para evitar desvios de conduta.

(D) a administração pública tem o poder de regular e gerar obrigações e deveres para a sociedade, assim, as suas decisões e ações normalmente geram efeitos em larga escala para a sociedade e em áreas sensíveis. O Estado é a única organização que, de forma legítima, detém este poder de constituir unilateralmente obrigações em relação a terceiros.

(E) as organizações privadas buscam o lucro financeiro e formas de garantir a sustentabilidade do negócio. A administração pública busca gerar valor para a sociedade e formas de garantir o desenvolvimento sustentável, sem perder de vista a obrigação de utilizar os recursos de forma eficiente.

**6. ESAF - Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil/ Política e Administração Tributária/2002/2**

Assinale a opção correta. A noção contemporânea de Gestão Pública

(A) descolou-se do Estado e abrange a sociedade civil organizada de forma abrangente.

(B) implica a prestação exclusiva de serviços públicos e serviços de relevância pública.

(C) está, em princípio, circunscrita à ação estatal, porém, sob determinadas condições, pode incluir entidades assistenciais privadas fomentadas pelo Estado.

(D) limita-se à provisão de bens públicos (no sentido originalmente definido por Samuelson).

(E) possui caráter cada vez mais seletivo, focando em necessidades e ações de segmentos específicos.

**7. ESAF - Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil/ Política e Administração Tributária/2000**

Uma das características da gestão pública é a tomada de decisões para definir e estabelecer políticas públicas. Há uma tendência de pensar o processo decisório governamental como se fosse o processo de uma organização privada, buscando dar-lhe uma racionalidade própria do gerenciamento empresarial. Esta perspectiva não tem-se mostrado suficiente para explicar o que ocorre em termos de governo. Indique se as proposições a seguir são verdadeiras (V) ou falsas (F), considerando a diferença entre processo decisório governamental e processo decisório empresarial.

( ) Na perspectiva empresarial pressupõe-se a existência de um objetivo comum que propicia a implementação da decisão; no governo a decisão é implementada por um aglomerado de organizações com objetivos próprios.

( ) Na perspectiva empresarial a implementação de ações se pauta num padrão de eficiência e desempenho; na perspectiva governamental esse padrão está sujeito a arranjos entre indivíduos e grupos.

( ) As decisões governamentais são simples pois buscam atender interesses da população claramente definidos; já as decisões empresariais se caracterizam pelo intenso conflito de interesses.

( ) As decisões governamentais são complexas pois legitimam algum ponto de vista da sociedade, denotando a existência permanente de conflitos.

(A) F, V, F, V

(B) V, F, F, V

(C) V, V, F, F

(D) V, V, F, V

(E) F, F, V, V

**8. ESAF - Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil/»Sem Área»/2014**

O termo governança pode ser entendido como:

(A) conjunto de mecanismos e procedimentos que levam os decisores governamentais a prestarem contas dos resultados de suas ações, garantindo-se maior transparência e a exposição das políticas públicas.

(B) a forma com que os recursos econômicos e sociais de um país são gerenciados, com vistas a promover o desenvolvimento.

(C) as condições do exercício da autoridade política.

(D) um conceito que está relacionado estreitamente ao universo político-administrativo anglo-saxão.

(E) o reconhecimento que tem uma ordem política.

## DIREITO CONSTITUCIONAL

**1. ESAF - Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil/Auditoria/2000 (e mais 3 concursos)**

De uma Constituição que adota uma chefia dual do Executivo, com um Chefe de Estado e um Chefe de Governo, em que a permanência deste no cargo depende da confiança do Poder Legislativo, pode-se dizer que adota característica típica do:

- (A) Bicameralismo
- (B) Estado unitário
- (C) Federalismo de equilíbrio
- (D) Presidencialismo
- (E) Parlamentarismo

**2. ESAF - Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil/»Sem Área»/2012**

O Estudo da Teoria Geral da Constituição revela que a Constituição dos Estados Unidos se ocupa da definição da estrutura do Estado, funcionamento e relação entre os Poderes, entre outros dispositivos. Por sua vez, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 é detalhista e minuciosa. Ambas, entretanto, se submetem a processo mais dificultoso de emenda constitucional. Considerando a classificação das constituições e tomando-se como verdadeiras essas observações, sobre uma e outra Constituição, é possível afirmar que

- (A) a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 é escrita, analítica e rígida, a dos Estados Unidos, rígida, sintética e negativa.
- (B) a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 é do tipo histórica, rígida, outorgada e a dos Estados Unidos rígida, sintética.
- (C) a Constituição dos Estados Unidos é do tipo consuetudinária, flexível e a da República Federativa do Brasil de 1988 é escrita, rígida e detalhista.
- (D) a Constituição dos Estados Unidos é analítica, rígida e a da República Federativa do Brasil de 1988 é histórica e consuetudinária.
- (E) a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 é democrática, promulgada e flexível, a dos Estados Unidos, rígida, sintética e democrática.

**3. ESAF - Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil/»Sem Área»/2009**

Marque a opção incorreta.

- (A) A constituição escrita, também denominada de constituição instrumental, aponta efeito racionalizador, estabilizante, de segurança jurídica e de calculabilidade e publicidade.
- (B) A constituição dogmática se apresenta como produto escrito e sistematizado por um órgão constituinte, a partir de princípios e ideias fundamentais da teoria política e do direito dominante.

(C) O conceito ideal de constituição, o qual surgiu no movimento constitucional do século XIX, considera como um de seus elementos materiais caracterizadores que a constituição não deve ser escrita.

(D) A técnica denominada interpretação conforme não é utilizável quando a norma impugnada admite sentido unívoco.

(E) A constituição sintética, que é constituição negativa, caracteriza-se por ser construtora apenas de liberdade-negativa ou liberdade-impedimento, oposta à autoridade.

**4. ESAF - Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil/Aduana/2002/1 (e mais 3 concursos)**

Assinale a opção correta.

- (A) É típico de uma Constituição dirigente apresentar em seu corpo normas programáticas.
- (B) Uma lei ordinária que destoa de uma norma programática da Constituição não pode ser considerada inconstitucional.
- (C) Uma norma constitucional programática, por representar um programa de ação política, não possui eficácia jurídica.
- (D) Uma Constituição rígida não pode abrigar normas programáticas em seu texto.
- (E) Toda Constituição semi-rígida, por decorrência da sua própria natureza, será uma Constituição histórica.

**5. ESAF - Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil/Auditoria/2002/2 (e mais 2 concursos)**

Assinale a opção correta.

- (A) As normas constitucionais programáticas, por se destinarem, por sua própria natureza, a uma duração limitada no tempo, estão todas situadas na parte da Constituição relativa às disposições constitucionais transitórias.
- (B) As normas constitucionais programáticas não produzem efeito jurídico algum, a não ser depois de desenvolvidas pelo legislador ordinário.
- (C) Nenhuma norma da Constituição Federal possui eficácia plena, porque todas elas dependem, em maior ou menor grau, de desenvolvimento do seu conteúdo pelo legislador ordinário.
- (D) A Constituição que não adota normas programáticas é conhecida pela doutrina como Constituição dirigente.
- (E) Um direito previsto numa norma constitucional de eficácia contida pode ser restringido por meio de lei ordinária.

**6. ESAF - Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil/Auditoria/2000 (e mais 3 concursos)**

A respeito das normas constitucionais é correto dizer:

- (A) Todas as normas estabelecidas pelo poder constituinte originário no texto constitucional são formalmente constitucionais e se equivalem em nível hierárquico.

- (B) As normas que prevêm direitos fundamentais de abstenção do Estado são, em sua maioria, normas não auto-aplicáveis, dependendo de desenvolvimento legislativo para produzirem todos os seus efeitos.
- (C) As normas programáticas são, na sua maioria, normas auto-aplicáveis.
- (D) Normas constitucionais não auto-aplicáveis somente se tornam normas jurídicas depois de reguladas por lei, uma vez que, antes disso, não são capazes de produzir efeito jurídico.
- (E) Numa Constituição classificada como dirigente, não se encontram normas programáticas.

#### 7. ESAF - Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil/»Sem Área»/2009

Marque a opção correta.

- (A) O Poder Constituinte Originário é ilimitado e autônomo, pois é a base da ordem jurídica.
- (B) O Poder Constituinte Derivado decorrente consiste na possibilidade de alterar-se o texto constitucional, respeitando-se a regulamentação especial prevista na própria Constituição Federal e será exercitado por determinados órgãos com caráter representativo.
- (C) A outorga, forma de expressão do Poder Constituinte Originário, nasce da deliberação da representação popular, devidamente convocada pelo agente revolucionário.
- (D) O Poder Constituinte Derivado decorre de uma regra jurídica de autenticidade constitucional.
- (E) A doutrina aponta a contemporaneidade da ideia de Poder Constituinte com a do surgimento de Constituições históricas, visando, também, à limitação do poder estatal.

#### 8. ESAF - Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil/ Tributária e Aduaneira/2005

Sobre o poder constituinte, marque a única opção correta.

- (A) A impossibilidade de alteração da sua própria titularidade é uma limitação material implícita do poder constituinte derivado.
- (B) A existência de cláusulas pétreas, na Constituição brasileira de 1988, está relacionada com a característica de condicionado do poder constituinte derivado.
- (C) Como a titularidade da soberania se confunde com a titularidade do poder constituinte, no caso brasileiro, a titularidade do poder constituinte originário é do Estado, uma vez que a soberania é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil.
- (D) A impossibilidade de a Constituição Federal ser emendada na vigência de estado de defesa se constitui em uma limitação material explícita ao poder constituinte derivado.
- (E) O poder constituinte originário é inicial porque não sofre restrição de nenhuma limitação imposta por norma de direito positivo anterior.

#### 9. ESAF - Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil/ Auditoria/2000 (e mais 3 concursos)

Assinale a opção correta.

- (A) As normas da Constituição de 1988 dispostas no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias são insuscetíveis de ser revogadas ou emendadas.
- (B) As normas do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição de 1988 não se definem como normas formalmente constitucionais.
- (C) Uma norma constitucional, fruto do poder constituinte originário, não pode ser declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, mesmo que não esteja de acordo com algum princípio fundamental, inspirador da Constituição, como o da isonomia e o da democracia.
- (D) É inconstitucional toda reapresentação de proposta de emenda à Constituição rejeitada pelo Congresso Nacional.
- (E) A lei ordinária anterior à nova Constituição, que com esta é materialmente incompatível, continua em vigor até que seja revogada por outra lei do mesmo *status* hierárquico.

#### 10. ESAF - Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil/ Tributária e Aduaneira/2005

Sobre conceito de Constituição e suas classificações e sobre a aplicabilidade e interpretação de normas constitucionais, marque a única opção correta.

- (A) Segundo a doutrina do conceito de constituição, decorrente do movimento constitucional do início do século XIX, deve ser afastado qualquer conteúdo que se relacione com o princípio de divisão ou separação de poderes, uma vez que tal matéria não se enquadra entre aquelas que se referem de forma direta à estrutura do Estado.
- (B) Uma constituição não-escrita é aquela cujas normas decorrem de costumes e convenções, não havendo documentos escritos aos quais seja reconhecida a condição de textos constitucionais.
- (C) De acordo com o princípio da máxima efetividade ou da eficiência, princípio de interpretação constitucional, a interpretação de uma norma constitucional exige a coordenação e combinação dos bens jurídicos em conflito, de forma a evitar o sacrifício total de uns em relação a outros.
- (D) O art. 5º, inciso XXII, da Constituição Federal de 1988, que estabelece "Art. 5º [...] inciso XXII -- é garantido o direito de propriedade", é uma norma constitucional de eficácia contida ou restringível.
- (E) O princípio de interpretação conforme a constituição não pode ser aplicado na avaliação da constitucionalidade de artigo de uma Emenda à Constituição promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

## DIREITO ADMINISTRATIVO

**1. ESAF - Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil/ Tributária e Aduaneira/2005**

Em seu sentido subjetivo, o estudo da Administração Pública abrange

- (A) a atividade administrativa.
- (B) o poder de polícia administrativa.
- (C) as entidades e órgãos que exercem as funções administrativas.
- (D) o serviço público.
- (E) a intervenção do Estado nas atividades privadas.

**2. ESAF - Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil/ Aduana/2002/1 (e mais 3 concursos)**

“A lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito”. Este direito, previsto na norma constitucional, impede que, no Brasil, o seguinte instituto de Administração Pública, típico para a solução de conflitos, possa expressar caráter de definitividade em suas decisões:

- (A) arbitragem
- (B) contencioso administrativo
- (C) juizados especiais
- (D) mediação
- (E) sindicância administrativa

**3. ESAF - Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil/ Política e Administração Tributária/2002/2**

Proclama-se o advento do Estado-rede, um aglomerado de complexas relações entre atores estatais, do mercado e da sociedade civil na busca de soluções e ações conjuntas que possam maximizar o bem-estar de todos. Nessa concepção, são funções da rede, exceto:

- (A) formar elementos de integração entre esferas legislativas, executivas e do judiciário no sentido de acelerar o processo legislativo e promover o cumprimento de decisões judiciais.
- (B) servir de canal de representação de interesses, permitindo que segmentos externos ao estado expressem demandas e solucionem conflitos de forma mais ou menos integrada ao sistema político.
- (C) prover meios de difusão e legitimação de políticas públicas, permitindo, inclusive, que informações de utilidade pública atinjam seu público-alvo de forma efetiva.
- (D) proporcionar inputs para formulação de políticas, permitindo que problemas sejam detectados e soluções modeladas de forma convergente com as expectativas dos atores envolvidos.
- (E) constituir instâncias de controle social, para as quais atos, fatos e resultados tornam-se transparentes.

**4. ESAF - Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil/ Tributária e Aduaneira/2005 (e mais 1 concurso)**

Tratando-se do regime jurídico-administrativo, assinale a afirmativa falsa.

- (A) Por decorrência do regime jurídico-administrativo não se tolera que o Poder Público celebre acordos judiciais, ainda que benéficos, sem a expressa autorização legislativa.
- (B) O regime jurídico-administrativo compreende um conjunto de regras e princípios que baliza a atuação do Poder Público, exclusivamente, no exercício de suas funções de realização do interesse público primário.
- (C) A aplicação do regime jurídico-administrativo autoriza que o Poder Público execute ações de coerção sobre os administrados sem a necessidade de autorização judicial.
- (D) As relações entre entidades públicas estatais, ainda que de mesmo nível hierárquico, vinculam-se ao regime jurídico-administrativo, a despeito de sua horizontalidade.
- (E) O regime jurídico-administrativo deve pautar a elaboração de atos normativos administrativos, bem como a execução de atos administrativos e ainda a sua respectiva interpretação.

**5. ESAF - Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil/ Auditoria/2003 (e mais 2 concursos)**

O estudo do regime jurídico-administrativo tem em Celso Antônio Bandeira de Mello o seu principal autor e formulador. Para o citado jurista, o regime jurídico-administrativo é construído, fundamentalmente, sobre dois princípios básicos, dos quais os demais decorrem. Para ele, estes princípios são:

- (A) indisponibilidade do interesse público pela Administração e supremacia do interesse público sobre o particular.
- (B) legalidade e supremacia do interesse público.
- (C) igualdade dos administrados em face da Administração e controle jurisdicional dos atos administrativos.
- (D) obrigatoriedade do desempenho da atividade pública e finalidade pública dos atos da Administração.
- (E) legalidade e finalidade.

**6. ESAF - Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil/ Política e Administração Tributária/2000**

No âmbito do regime jurídico-administrativo, não é considerada prerrogativa da Administração Pública:

- (A) poder de expropriar
- (B) realizar concurso público para seleção de pessoal
- (C) alterar unilateralmente os contratos administrativos
- (D) instituir servidão
- (E) impor medidas de polícia

**7. ESAF - Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil/ Tributária e Aduaneira/2005 (e mais 1 concurso)**

Os princípios constitucionais da legalidade e da moralidade vinculam-se, originalmente, à noção de administração

- (A) patrimonialista.
- (B) descentralizada.
- (C) gerencial.
- (D) centralizada.
- (E) burocrática.

**8. ESAF - Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil/ Política e Administração Tributária/2000**

A participação do usuário na administração pública direta e indireta dar-se-á, entre outros, mediante os seguintes instrumentos, exceto:

- (A) representação contra o exercício negligente ou abuso de cargo, emprego ou função na administração pública
- (B) garantia de manutenção de serviços de atendimento ao usuário
- (C) avaliação periódica, externa e interna, da qualidade dos serviços
- (D) acesso ilimitado dos usuários a registro administrativo e informações sobre atos de governo
- (E) reclamação relativa à prestação dos serviços públicos em geral

**9. ESAF - Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil/ Política e Administração Tributária/2000**

A vedação à Administração Pública de, por meio de mero ato administrativo, conceder direitos, criar obrigações ou impor proibições, vincula-se ao princípio da

- (A) legalidade
- (B) moralidade
- (C) impessoalidade
- (D) hierarquia
- (E) eficiência

**10. ESAF - Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil/ Política e Administração Tributária/2000**

Indique, nas opções abaixo, aquela que não se apresenta como um princípio da Administração Pública estabelecido pela Constituição de 1988.

- (A) Legalidade
- (B) Impessoalidade
- (C) Unidade
- (D) Moralidade
- (E) Publicidade

**11. ESAF - Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil/»Sem Área»/2012**

A possibilidade jurídica de submeter-se efetivamente qualquer lesão de direito e, por extensão, as ameaças de lesão de direito a algum tipo de controle denomina-se

- (A) Princípio da legalidade.
- (B) Princípio da sindicabilidade.
- (C) Princípio da responsividade.
- (D) Princípio da sancionabilidade.
- (E) Princípio da subsidiariedade.

**12. ESAF - Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil/ Auditoria/2003 (e mais 2 concursos)**

Tratando-se de poder de polícia, sabe-se que podem ocorrer excessos na sua execução material, por meio de intensidade da medida maior que a necessária para a compulsão do obrigado ou pela extensão da medida ser maior que a necessária para a obtenção dos resultados lícitamente desejados. Para limitar tais excessos, impõe-se observar, especialmente, o seguinte princípio:

- (A) legalidade
- (B) finalidade
- (C) proporcionalidade
- (D) moralidade
- (E) contraditório

**13. ESAF - Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil/»Sem Área»/2009**

Quanto à competência para a prática dos atos administrativos, assinale a assertiva incorreta.

- (A) Não se presume a competência administrativa para a prática de qualquer ato, necessária previsão normativa expressa.
- (B) A definição da competência decorre de critérios em razão da matéria, da hierarquia e do lugar, entre outros.
- (C) A competência é, em regra, inderrogável e improrrogável.
- (D) Admite-se, excepcionalmente, a avocação e a delegação de competência administrativa pela autoridade superior competente, nos limites definidos em lei.
- (E) Com o ato de delegação, a competência para a prática do ato administrativo deixa de pertencer à autoridade delegante em favor da autoridade delegada.

**14. ESAF - Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil/ Tributária e Aduaneira/2005 (e mais 1 concurso)**

Analise o seguinte ato administrativo:

O Governador do Estado Y baixa Decreto declarando um imóvel urbano de utilidade pública, para fins de desapropriação, para a construção de uma cadeia pública, por necessidade de vagas no sistema prisional. Identifique os elementos desse ato, correlacionando as duas colunas.

## DIREITO TRIBUTÁRIO

**1. ESAF - Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil/»Sem Área»/2009**

Sobre as taxas, podemos afirmar, exceto, que:

(A) o fato gerador da taxa não é um fato do contribuinte, mas um fato do Estado; este exerce determinada atividade, e por isso cobra a taxa das pessoas que dela se aproveitam.

(B) a atuação estatal referível, que pode ensejar a cobrança de taxa, pode consistir no exercício regular do poder de polícia.

(C) a atuação estatal referível, que pode ensejar a cobrança de taxa, pode consistir na prestação ao contribuinte, ou na colocação à disposição deste, de serviço público específico, divisível ou não.

(D) as atividades gerais do Estado devem ser financiadas com os impostos, e não com as taxas.

(E) o poder de polícia, que enseja a cobrança de taxa, considera-se regular quando desempenhado pelo órgão competente e nos limites da lei aplicável, com observância do processo legal e, tratando-se de atividade que a lei tenha como discricionária, sem abuso ou desvio de poder.

**2. SAF - Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil/ Tecnologia da Informação/2005**

Taxas, na dicção do artigo 145, inciso II, da Constituição Federal, constituem a modalidade de tributo que se podem cobrar em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição. Sobre a taxa, é errado afirmar que

(A) é um tributo cuja base de cálculo ou fato gerador há de ser diversa dos de imposto, e não pode ser calculada em função do capital das empresas.

(B) competente para instituir e cobrar a taxa é a pessoa política -- União, Estado, Distrito Federal ou Município -- legitimada para a realização da atividade que caracterize o fato gerador do tributo.

(C) os serviços públicos que ensejam sua cobrança consideram-se utilizados pelo contribuinte, efetivamente, quando, sendo de utilização compulsória, sejam postos à sua disposição mediante atividade administrativa em efetivo funcionamento.

(D) serviços públicos específicos são aqueles destacáveis em unidades autônomas de intervenção, de utilidade ou de necessidade públicas.

(E) serviços públicos divisíveis são aqueles suscetíveis de utilização, separadamente, por parte de cada um dos seus usuários.

**3. ESAF - Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil/ Tecnologia da Informação/2005**

Afirma-se que o conceito de tributo, de forma resumida, é sempre um pagamento compulsório em moeda, forma normal de extinção da obrigação tributária. No tocante ao conceito de tributo, no Brasil, aponte a única opção falsa.

(A) O imposto é de competência privativa, atribuída pela Constituição Federal.

(B) A taxa tem como fato gerador o exercício regular do poder de polícia ou sua utilização efetiva ou potencial de serviço público, específico e divisível, prestado ou colocado à disposição do contribuinte.

(C) O imposto é considerado uma receita corrente e se origina da obrigação social dos cidadãos de contribuírem para a manutenção da coisa pública.

(D) A receita tributária é composta, exclusivamente, por impostos e taxas.

(E) A taxa não pode ter base de cálculo ou fato gerador idênticos ao do imposto, nem ser calculada em função do capital das empresas.

**4. ESAF - Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil/ Auditoria/2003 (e mais 2 concursos)**

Indique a opção que preenche corretamente as lacunas, consideradas as pertinentes disposições do Código Tributário Nacional.

Para efeito de fato gerador e cobrança de taxa, considera-se regular o exercício do poder de polícia quando desempenhado \_\_\_\_\_ nos limites da lei aplicável, com observância \_\_\_\_\_ e, tratando-se de atividade que a lei tenha como \_\_\_\_\_, sem abuso ou desvio de poder.

(A) pelo Poder Público / das disposições regulamentares aplicáveis / contrária aos bons costumes

(B) por órgão de segurança pública / das normas administrativas aplicáveis / perigosa

(C) pelo órgão competente / de procedimentos administrativos / vinculada

(D) somente por órgão de segurança pública / do devido processo legal / atentatória a direitos fundamentais

(E) pelo órgão competente / do processo legal / discricionária

**5. ESAF - Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil/»Sem Área»/2009**

Em relação aos empréstimos compulsórios, é correto afirmar que:

(A) é um tributo, pois atende às cláusulas que integram o art. 3º do Código Tributário Nacional.

(B) é espécie de confisco, como ocorreu com a retenção dos saldos de depósitos a vista, cadernetas de poupança e outros ativos financeiros, por ocasião do chamado "Plano Collor" (Lei n. 8.024/90).

(C) o conceito de 'despesa extraordinária' a que alude o art. 148, inciso I, da Constituição Federal, pode abranger inclusive aquelas incorridas sem que tenham sido esgotados todos os fundos públicos de contingência.

(D) se conceitua como um contrato de direito público, com a característica da obrigatoriedade de sua devolução ao final do prazo estipulado na lei de sua criação.

(E) se subordina, em todos os casos, ao princípio da anterioridade da lei que o houver instituído.

#### 6. ESAF - Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil/ Auditoria/2002/2 (e mais 2 concursos)

A assertiva errada, entre as constantes abaixo, é a que afirma que

(A) a instituição de empréstimos compulsórios só pode ser feita por lei complementar.

(B) um dos fundamentos possíveis do empréstimo compulsório é a calamidade pública.

(C) a simples iminência de guerra externa pode justificar a instituição de empréstimos compulsórios.

(D) no caso de investimento público de relevante interesse nacional e de caráter urgente não se aplica o princípio da anterioridade.

(E) os recursos provenientes de empréstimo compulsório só podem ser aplicados para atender à despesa que tiver fundamentado a sua instituição.

#### 7. ESAF - Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil/»Sem Área»/2009

Segundo o art. 195, caput, da Constituição Federal, a seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das contribuições sociais que enumera. Sobre estas, é incorreto afirmar que:

(A) ao afirmar que o financiamento da seguridade social se dará por toda a sociedade, revela-se o caráter solidário de tal financiamento. Todavia, as pessoas físicas e jurídicas somente podem ser chamadas ao custeio em razão da relevância social da seguridade se tiverem relação direta com os segurados ou se forem, necessariamente, destinatárias de benefícios.

(B) a solidariedade não autoriza a cobrança de tributo sem lei, não autoriza exigência de quem não tenha sido indicado por lei como sujeito passivo de obrigação tributária, e não autoriza que seja desconsiderada a legalidade estrita que condiciona o exercício válido da competência relativamente a quaisquer tributos.

(C) as contribuições de seguridade social, sendo tributos, submetem-se às normas referentes às limitações do poder de tributar, contidas no art. 150 da Constituição Federal, com exceção da anterioridade

geral, em face da norma especial contida no art. 195, § 6º (anterioridade nonagesimal), especialmente concebida para o condicionamento da instituição de contribuições de seguridade social.

(D) para a instituição de contribuições ordinárias (nominadas) de seguridade social, quais sejam, as já previstas nos incisos I a IV do art. 195 da Constituição, basta a via legislativa da lei ordinária, consoante o entendimento pacificado do Supremo Tribunal Federal.

(E) as entidades beneficentes de assistência social gozam de imunidade das contribuições para a seguridade social.

#### 8. ESAF - Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil/ Tecnologia da Informação/2005

• Podem os Municípios instituir contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública, cobrando-a na fatura de consumo de energia elétrica?

• Podem os Estados cobrar contribuição previdenciária de seus servidores, para o custeio, em benefício destes, de regime previdenciário, com alíquota inferior à da contribuição dos servidores titulares de cargos efetivos da União?

• As contribuições sociais de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas, como instrumento de sua atuação nas respectivas áreas, poderão incidir sobre as receitas decorrentes de exportação?

(A) Não, sim, não.

(B) Sim, não, sim.

(C) Sim, não, não.

(D) Não, não, sim.

(E) Sim, sim, não.

#### 9. ESAF - Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil/ Tecnologia da Informação/2005

Sobre as contribuições sociais gerais (art. 149 da Constituição Federal), é errôneo afirmar-se, haver previsão de que

(A) poderão ter alíquotas ad valorem ou específicas.

(B) incidirão, também sobre a importação de produtos estrangeiros ou serviços.

(C) incidirão, em todos os casos, uma única vez.

(D) poderão ter por base, entre outras, o faturamento e a receita bruta.

(E) não incidirão sobre as receitas decorrentes de exportação.

## AUDITORIA

**1. ESAF - Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil/»Sem Área»/2009**

O controle externo da administração pública federal é exercido:

- (A) pelo Senado Federal.
- (B) pela Câmara dos Deputados.
- (C) pelo Tribunal de Contas da União.
- (D) pelo Congresso Nacional, com o auxílio do Tribunal de Contas da União.
- (E) pelo Tribunal de Contas da União, com o auxílio do sistema de controle interno de cada Poder.

**2. ESAF - Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil/»Sem Área»/2009**

Não se inclui na competência do Tribunal de Contas da União, determinada pela Constituição Federal, enquanto órgão auxiliar do Congresso Nacional na realização do controle externo da administração pública federal:

- (A) julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta.
- (B) julgar as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público.
- (C) fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município.
- (D) revogar os atos administrativos em que se constate ilegalidade de que resulte prejuízo ao erário, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal.
- (E) aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário.

**3. ESAF - Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil/»Sem Área»/2012**

Os auditores públicos foram designados para examinar as demonstrações contábeis da Empresa Transportes Fluviais S.A. O objetivo é avaliar se os recursos destinados à construção dos dois novos portos foram aplicados nos montantes contratados, dentro dos orçamentos estabelecidos e licitações aprovadas. Foi determinado como procedimento a constatação da existência física dos portos. Esse tipo de auditoria pública é classificada como auditoria

- (A) de gestão.
- (B) de programas.

- (C) operacional.
- (D) contábil.
- (E) de sistemas.

**4. ESAF - Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil/ Auditoria/2002/1**

A elaboração das demonstrações contábeis é de responsabilidade

- (A) do auditor independente
- (B) da administração
- (C) do auditor interno
- (D) do contador
- (E) do conselho fiscal

**5. ESAF - Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil/»Sem Área»/2009**

O auditor da empresa Negócios S.A. estabeleceu três procedimentos obrigatórios para emissão do parecer. O primeiro, que a empresa renovasse o contrato de auditoria para o próximo ano, o segundo, que a empresa emitisse a carta de responsabilidade da administração e o terceiro, que o parecer seria assinado por sócio do escritório de contabilidade, cuja única formação é administração de empresas. Pode-se afirmar, com relação aos procedimentos, respectivamente, que:

- (A) é ético, não é procedimento de auditoria e atende as normas de auditoria e da pessoa do auditor.
- (B) não é ético, não é procedimento de auditoria e não atende as normas de auditoria e da pessoa do auditor.
- (C) é ético, não deve ser considerado para emissão do parecer e atende as normas de auditoria e da pessoa do auditor.
- (D) é ético, considera-se apenas em alguns casos para emissão do parecer e não atende as normas de auditoria e pessoa do auditor.
- (E) não é ético, é procedimento de auditoria e não atende as normas de auditoria e da pessoa do auditor.

**6. ESAF - Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil/ Auditoria/2003**

A ética profissional é condição para o exercício de qualquer profissão. Na execução do trabalho de auditoria, o auditor externo deve atender aos seguintes princípios éticos profissionais:

- (A) integridade, eficiência, confidencialidade e dependência
- (B) independência, integridade, eficiência e confidencialidade
- (C) dependência, integridade, imparcialidade e ineficiência
- (D) confidencialidade, integridade, eficiência e negligência
- (E) eficiência, confidencialidade, integridade e parcialidade

**7. ESAF - Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil/ Auditoria/2003**

Para o exercício da profissão, o auditor deve ter acesso a todos os documentos, fatos e informações da empresa. Assim, o sigilo deve ser mantido em diversas situações, exceto:

- (A) na relação entre o auditor e a justiça.
- (B) na relação entre o auditor e a entidade auditada.
- (C) na relação entre os auditores e os órgãos fiscalizadores.
- (D) na relação entre o auditor e demais terceiros.
- (E) na relação entre os auditores.

**8. ESAF - Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil/ Auditoria/2002/2**

Quando o faturamento de outros serviços prestados aos mesmos clientes de auditoria ultrapassar, na média dos três últimos anos, os honorários dos serviços de auditoria, a empresa:

- (A) tem que comunicar à Comissão de Valores Mobiliários.
- (B) deve dar ciência do fato ao Conselho Federal de Contabilidade.
- (C) apenas relata por ofício ao Banco Central do Brasil.
- (D) deve comunicar ao Conselho Regional de Contabilidade.
- (E) não tem obrigatoriedade de comunicar a nenhum órgão.

**9. ESAF - Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil/ Auditoria/2000**

Constitui infringência ao Código de Ética Profissional do Contabilista e, portanto, é vedado ao auditor independente de demonstrações contábeis no desempenho de suas funções:

- (A) Valer-se de agenciador de serviços, mediante participação desse no montante de honorários profissionais estabelecidos para a contratação.
- (B) Transferir o contrato de serviços a seu cargo a outro contabilista, mesmo com a anuência do cliente, por escrito.
- (C) Transferir parcialmente a execução dos serviços a seu cargo a outro contabilista, mantendo, porém, sempre como sua a responsabilidade técnica.
- (D) Comunicar ao cliente, em documento reservado, eventual circunstância adversa que possa influir na decisão de contratação dos seus serviços profissionais.
- (E) Indicar títulos, especializações, serviços oferecidos, trabalhos realizados e relação de clientes.

**10. ESAF - Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil/ Auditoria/2000**

As informações que serviram de base para o último parecer sobre demonstrações contábeis emitido pelo auditor independente que tenha sido precedido:

- (A) Não podem ser divulgadas para o auditor sucessor, em nenhuma circunstância, sob pena de quebra de sigilo profissional.
- (B) Devem ser divulgadas para o auditor sucessor, independente de autorização da entidade auditada, conforme determinam as normas.
- (C) Podem ser divulgadas para o auditor sucessor, desde que o Conselho Regional de Contabilidade autorize formalmente.
- (D) Podem ser divulgadas para o auditor sucessor, desde que a entidade auditada autorize previamente, por escrito.
- (E) Devem ser compulsoriamente divulgadas para o auditor sucessor, sob pena de este emitir parecer com ressalva por limitação de escopo.

**11. ESAF - Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil/»Sem Área»/2014**

É correto afirmar que:

**1.** a firma de auditoria tem por obrigação estabelecer e manter sistema de controle de qualidade para obter segurança razoável que a firma e seu pessoal cumprem com as normas profissionais e técnicas e as exigências legais e regulatórias aplicáveis.

**2.** a firma de auditoria deve estabelecer e manter sistema de controle de qualidade para obter segurança razoável que os relatórios emitidos pela firma ou pelos sócios do trabalho são apropriados nas circunstâncias.

**3.** o objetivo do auditor é implementar procedimentos de controle de qualidade no nível do trabalho que forneçam ao auditor segurança razoável de que a auditoria está de acordo com normas profissionais e técnicas e exigências legais e regulatórias aplicáveis.

- (A) Todas são falsas.
- (B) Somente **1** e **2** são verdadeiras.
- (C) Somente **3** é verdadeira.
- (D) Somente **2** é falsa.
- (E) Todas são verdadeiras.

**12. ESAF - Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil/»Sem Área»/2012**

A Revisão do Controle de Qualidade do Trabalho é desenhada para fornecer uma avaliação objetiva, na data, ou antes da data, do relatório, dos julgamentos significativos feitos pela equipe de trabalho e das conclusões a que se chegou durante a elaboração do relatório. Essa revisão deve ser feita

- (A) por profissional qualificado e que tenha participado do processo de auditoria.

## CONTABILIDADE GERAL

**1. ESAF - Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil/»Sem Área»/2009**

Exemplificamos, abaixo, os dados contábeis colhidos no fim do período de gestão de determinada entidade econômico administrativa:

- dinheiro existente	200,00	- máquinas	400,00
- dívidas diversas	730,00	- contas a receber	540,00
- rendas obtidas	680,00	- empréstimos bancários	500,00
- mobília	600,00	- contas a pagar	700,00
- consumo efetuado	240,00	- automóveis	800,00
- capital registrado	650,00	- casa construída	480,00

Segundo a Teoria Personalística das Contas e com base nas informações contábeis acima, pode-se dizer que, neste patrimônio, está sob responsabilidade dos agentes consignatários o valor de:

- (A) R\$ 1.930,00.
- (B) R\$ 3.130,00.
- (C) R\$ 2.330,00.
- (D) R\$ 3.020,00.
- (E) R\$ 2.480,00

**2. ESAF - Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil/»Sem Área»/2009**

A empresa Eletronics S.A. fabrica televisores de LCD de última geração. A garantia convencional é dada para três anos e a garantia oferecida é estendida para mais um ano mediante pagamento complementar. Como o custo é baixo, em 90% dos casos o cliente adquire. A empresa registra o valor da venda do televisor como receita de vendas e a garantia estendida como receita de serviços, no resultado. Pode-se afirmar que, nesse caso, não está sendo atendido o princípio:

- (A) da continuidade.
- (B) do custo como base do valor.
- (C) da competência.
- (D) da neutralidade.
- (E) da entidade.

**3. ESAF - Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil/Auditoria/2003 (e mais 2 concursos)**

Quando o Contador registra, no fim do exercício, uma variação cambial para atualizar a dívida em moeda estrangeira; quando faz provisão para crédito de liquidação duvidosa; ou quando faz um lançamento de ajuste do estoque ao preço de mercado está apenas:

- (A) cumprindo a sua obrigação profissional.
- (B) executando o regime contábil de competência.
- (C) cumprindo o princípio fundamental da prudência.
- (D) satisfazendo o princípio fundamental da entidade.
- (E) seguindo a convenção do conservadorismo.

**4. ESAF - Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil/ Auditoria/2003**

Com as instruções fornecidas a seguir, responder à questão.

I. A Cia. Boa Vista, companhia atuante no mercado imobiliário, em 20.10.20x1 faz uma aplicação financeira em Títulos e Valores Mobiliários de R\$ 500.000, resgatável em 180 dias pelo valor de R\$ 590.000, com Imposto de Renda Retido na Fonte de 10%;

II. O imposto retido é compensável com o Imposto de Renda devido sobre o lucro apurado no período fiscal;

III. O período contábil da empresa, estabelecido em seu estatuto, abrange o intervalo de tempo entre 01.01 a 31.12 de cada ano.

O valor a ser incorporado como custo de aquisição da operação é

- (A) R\$ 590.000
- (B) R\$ 536.000
- (C) R\$ 534.000
- (D) R\$ 530.000
- (E) R\$ 500.000

**5. ESAF - Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil/»- Sem Área»/2012**

Entre as características qualitativas de melhoria, a comparabilidade está entre as que os analistas de demonstrações contábeis mais buscam. Dessa forma, pode-se definir pela estrutura conceitual contábil que comparabilidade é a característica que

- (A) permite que os usuários identifiquem e compreendam similaridades dos itens e diferenças entre eles nas Demonstrações Contábeis.
- (B) utiliza os mesmos métodos para os mesmos itens, tanto de um período para outro, considerando a mesma entidade que reporta a informação, quanto para um único período entre entidades.
- (C) considera a uniformidade na aplicação dos procedimentos e normas contábeis, onde, para se obter a comparabilidade, as entidades precisam adotar os mesmos métodos de apuração e cálculo.
- (D) garante que usuários diferentes concluam de forma completa e igual, quanto à condição econômica e financeira da empresa, sendo levados a um completo acordo.
- (E) estabelece procedimentos para a padronização dos métodos e processos aplicados em demonstrações contábeis de mesmo segmento.

**6. ESAF - Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil/ Aduana/2002/1 (e mais 3 concursos)**

Assinale, abaixo, a opção que não se enquadra no complemento da frase:

“A companhia deve ter, além dos livros obrigatórios para qualquer comerciante, os seguintes, revestidos das mesmas formalidades legais:

- (A) Livro de Registro de Ações Ordinárias”.
- (B) Livro de Atas das Assembléias-Gerais”.
- (C) Livro de Presença de Acionistas”.
- (D) Livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal”.
- (E) Livro de Transferência de Ações Nominativas”.

**7. ESAF - Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil/ Auditoria/2000**

A transferência de recursos de caixa feita pela matriz para suas filiais gera o seguinte lançamento contábil, em cada uma das filiais.

- (A) Conta Corrente Matriz  
a Caixa
- (B) Caixa  
a Conta Corrente Matriz
- (C) Caixa  
a Conta Corrente Filial
- (D) Conta Corrente Matriz  
a Capital
- (E) Capital  
a Caixa

**8. ESAF - Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil/»- Sem Área»/2012**

O balancete de verificação evidencia

- (A) os estornos efetuados no período.
- (B) a configuração e classificação correta dos itens contábeis.
- (C) a igualdade matemática dos lançamentos efetuados no período.
- (D) o registro dos movimentos individuais das contas contábeis no período.
- (E) os lançamentos do período, quando efetuados de forma correta no período.

**9. ESAF - Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil/»- Sem Área»/2009**

A relação seguinte refere-se aos títulos contábeis constantes do livro Razão da empresa comercial Concórdia Sociedade Anônima, e respectivos saldos, em 31 de dezembro de 2008:

01 - Bancos Conta Movimento	17.875,00
02 - Bancos Conta Empréstimos	50.000,00
03 - Conta Mercadorias	42.500,00

## COMÉRCIO INTERNACIONAL

**1. ESAF - Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil/Aduana/2002/1**

De acordo com a teoria clássica do comércio internacional, as trocas comerciais entre dois países podem ser vantajosas mesmo quando um país não usufrua de vantagem absoluta no tocante à produção de um determinado bem, mas sim de vantagem comparativa, a qual decorre, segundo Ricardo, de diferenças, entre ambos países, em relação:

- (A) à produtividade da mão-de-obra.
- (B) aos custos das matérias-primas.
- (C) aos custos de transporte.
- (D) aos custos de remuneração do capital.
- (E) à dotação de fatores de produção.

**2. ESAF - Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil/Aduana/2002/1**

A teoria moderna do comércio internacional procurou superar as limitações da abordagem clássica das vantagens absolutas e relativas, caracterizando-se pela produção de modelos de análise do comércio internacional mais sofisticados, a exemplo do Hecksher-Ohlin, que atribuir as diferenças de custos de produção entre os países e os padrões de especialização com base na(o):

- (A) estrutura da demanda externa.
- (B) qualidade da mão-de-obra.
- (C) qualidade da infra-estrutura de produção.
- (D) dotação dos fatores de produção.
- (E) custo do trabalho.

**3. ESAF - Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil/Aduana/2002/2**

Segundo a teoria clássica do comércio internacional, na concepção de David Ricardo, o comércio entre dois países é mutuamente benéfico quando:

- (A) cada país especializa-se na produção de bens nos quais possa empregar a menor quantidade de trabalho possível, independentemente das condições de produção e do preço dos mesmos bens no outro país, o que permitirá a ambos auferir maiores lucros com a exportação do que com a venda daqueles bens nos respectivos mercados internos.
- (B) intercambiam-se bens em cuja produção sejam empregadas as mesmas quantidades de trabalho, o que lhes permite auferir ganhos em virtude de diferenças, entre esses mesmos países, na dotação dos demais fatores de produção.
- (C) ambos países produzem os bens necessários para o abastecimento de seus respectivos mercados, obtendo lucros adicionais com a exportação dos excedentes gerados.

(D) cada país especializa-se na produção daqueles bens em que possua vantagem relativa, importando do outro aqueles bens para os quais o custo de oportunidade de produção interna seja relativamente maior.

(E) a capacidade relativa de produção entre ambos países for semelhante, o que os leva a procurar obter vantagens absolutas e assim obter ganhos com o comércio mediante a exportação dos excedentes de produção.

**4. ESAF - Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil/Aduana/2002/2**

De acordo com a moderna teoria do comércio internacional, segundo o modelo Hecksher-Ohlin,

(A) os padrões de especialização e de comércio entre os países resultam de diferenças entre os preços praticados domesticamente e aqueles praticados internacionalmente.

(B) os países tenderão a produzir e exportar bens cuja produção seja intensiva no fator produtivo mais abundante em suas respectivas economias.

(C) os países tenderão a concentrar-se na produção e exportação de bens cujos custos de produção, definidos pela remuneração dos fatores de produção, sejam menores.

(D) a produtividade da mão-de-obra determina os padrões de especialização e as possibilidades de comércio entre os países.

(E) a disponibilidade dos fatores de produção não exerce influência significativa sobre o padrão de comércio entre os países uma vez que a mobilidade dos mesmos equilibra as condições de produção internacionalmente.

**5. ESAF - Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil/Aduana/2000**

A transnacionalização é um fenômeno distinto que, sutilmente, relega a internacionalização comercial quase a um segundo plano. Este fenômeno começou a ser percebido a meados dos anos sessenta, quando o valor da produção das subsidiárias dos grandes conglomerados industriais no estrangeiro começou a superar o valor do comércio internacional. O auge da inversão estrangeira direta, que alentou a instalação destas sucursais, deveu-se a múltiplos fatores: a reconstrução e recuperação de um mundo destruído pela guerra, o descobrimento da possibilidade de dividir o ciclo produtivo de maneira muito mais fina do que no passado e a compreensão de que era possível ter acesso às vantagens comparativas (relativas) peculiares que ofereciam os diversos países e regiões do mundo.

O grande mérito de um economista foi mostrar que o comércio também seria proveitoso para dois países, mesmo que um deles tivesse vantagem absoluta sobre o outro na produção de todas as mercadorias; mas sua vantagem seria maior em alguns produtos do que em outros. O economista em questão foi:

- (A) Adam Smith
- (B) Keneth Galbraith
- (C) David Ricardo
- (D) Karl Max
- (E) Stephen Kanitz

**6. ESAF - Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil/Aduana/2000**

A **Teoria de Vantagens Absolutas** afirma em quais condições determinado produto ou serviço poderia ser oferecido com:

- (A) preço final (CIF) inferiores aos do concorrente.
- (B) preços de aquisição inferiores aos do concorrente.
- (C) custo de oportunidade maior que as do concorrente.
- (D) preços de custo inferiores aos do concorrente.
- (E) menor eficiência que os do concorrente.

**7. ESAF - Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil/Aduana/2000**

“O comércio internacional depende das diferenças dos custos (ou preços) relativos dos artigos produzidos pelos vários países. Mas por que esses custos relativos diferem entre países?”

A **Dotação Relativa dos Fatores de Produção** não se refere a uma das afirmativas abaixo. Identifique-a.

- (A) O conjunto de condições naturais e sociais que influenciam a eficácia das forças produtivas nos diversos setores de produção e produtividade do trabalho também teriam uma forte influência nos preços.
- (B) Os diversos produtos exigem proporções diferentes de fatores de produção para serem produzidos.
- (C) Os fatores de produção não se encontram distribuídos nas mesmas proporções nos diversos países.
- (D) Um fator relativamente escasso em um país terá um custo relativo mais elevado.
- (E) A causa da diferença de custos relativos reside na distribuição desigual de recursos (fatores) de produção.

**8. ESAF - Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil/Aduana/2000**

Tradicionalmente os países latino-americanos mantiveram economias fechadas, fundamentalmente primário-exportadoras, com uma indústria incipiente e protegida; governos grandes, nacionalistas e pouco eficientes; setores privados excessivamente tímidos e quase inexistentes, sociedades simples, mas tremendamente dicotômicas; mercados de trabalho fortemente concentrados, e uma cultura paroquial que, de acordo com um ditado mexicano, vivia agarrada ao passado. Os primeiros passos de sua inserção no processo de globalização lhes deram acesso aos mercados

comerciais, tecnológicos e financeiros internacionais e, o que é mais importante, aos mercados do conhecimento e das idéias, que favoreceu o fortalecimento de suas vinculações políticas com o resto do mundo, permitindo-lhes constituir esquemas de integração competitivos, abertos e extrovertidos, proporcionando a diversificação de sua estrutura social e ocupacional, exercendo pressão para a melhoria de seus sistemas educativos, estabelecendo desafios, cujas respostas estão surpreendentemente atrasadas, do ponto de vista da modernização de seus sistemas políticos e do Estado.

Já vimos que o comércio internacional depende das diferenças dos custos (ou preços) relativos dos artigos produzidos pelos vários países. Por que os países apresentam uma estrutura de custo diferenciado?

- (A) A resposta nos é dada pelo economista Adam Smith em sua obra “Comércio Inter-regional e Internacional”.
- (B) A resposta nos é dada pelo economista Francis Fukuyama em sua obra “Comércio Inter-regional e Internacional”.
- (C) A resposta nos é dada pelo economista Peter Schumpeter em sua obra “Comércio Inter-regional e Internacional”.
- (D) A resposta nos é dada pelo economista Paul Singer em sua obra “Comércio Inter-regional e Internacional”.
- (E) A resposta nos é dada pelo economista Bertil Ohlin em sua obra “Comércio Inter-regional e Internacional”.

**9. ESAF - Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil/Aduana/2000**

A **Teoria do Ciclo de Vida do Produto** foi criada por R. Vernon. Os enunciados citados abaixo são pressupostos da Teoria, exceto:

- (A) A Teoria procura explicar o comércio internacional a partir do progresso tecnológico.
- (B) As vantagens comparativas estariam sempre nos países desenvolvidos.
- (C) Novos Produtos e Processos Produtivos tendem a surgir nos países ricos devido à demanda por produtos sofisticados, pela existência de capacidade empresarial e mão-de-obra especializada para trabalhar em Pesquisa e Desenvolvimento.
- (D) As inovações surgidas nos países desenvolvidos dão a estes situação de monopólio provisoriamente na produção de um certo bem.
- (E) À medida que os produtos fossem ficando padronizados poderiam ser produzidos em outros locais, inclusive países em desenvolvimento.

**10. ESAF - Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil/Aduana/2000**

A Teoria da Concorrência Monopolítica não tem o seguinte pressuposto:

- (A) Existência de economias de escala.
- (B) Existência de diferenciação de produtos.